

**MERCADOS DE TRABALHO EUROPEUS
UMA ABORDAGEM COMPARATIVA**

Alexandre Minossi Munhoz

Graduando em Administração de Empresas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
Rua do Anfiteatro, Bloco F, ap. 604
Cidade Universitária – São Paulo/SP – CEP 05508-090
Tel: (11) 8224-7525
E-mail: michanov@yahoo.com.br

Fernanda Maria Rocha Soares

Graduanda em Administração de Empresas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
R. Ministro Ferreira Alves, 1031 – ap. 41B
Pompéia – São Paulo/SP – CEP 05009-060
Tel: (11) 3673- 8703 ou (11) 9635-3132
E-mail: femrs@uol.com.br

Fernando Zenun Junqueira

Graduando em Administração de Empresas
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
Rua Bartira, 485 ap.64
Perdizes – São Paulo/SP – CEP 05009-000
Tel: (11) 3868-3184 ou (11)9296-7928
E-mail: fernandozenun@hotmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta as condições gerais do mercado de trabalho nos países selecionados – França, Itália e Suécia – bem como considerações sobre o sistema de ensino e as condições de entrada no mercado para jovens universitários.
Adotou-se uma abordagem comparativa, focada nas peculiaridades de cada um dos sistemas.

Palavras-chave

Mercado de trabalho, contexto internacional, França, Suécia, Itália, ingresso no mercado de trabalho, análise comparativa.

MERCADOS DE TRABALHO EUROPEUS

UMA ABORDAGEM COMPARATIVA

Introdução

Como é a realidade vivenciada por universitários diante da entrada no mercado de trabalho em outros países? Em um contexto em que se amplia o fluxo de informações e pessoas mundialmente, persistem idéias vagas e simplistas acerca deste tema. As diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como valores e inquietações consideradas universais no mundo ocidental, articulam-se em conjuntos complexos e peculiares a cada país.

O presente trabalho é fruto de relato experiencial e pesquisa acadêmica empreendida por seus autores. Os dados recolhidos e interpretados buscam ser uma série de retratos da situação que os universitários em acesso à vida profissional enfrentam em um mesmo período, mas em condições distintas, considerando-se a teia de peculiaridades do país a que pertencem. Tais retratos não são apresentados isoladamente, sendo comparados entre si e principalmente com o caso brasileiro.

A experiência de intercâmbio que cada um dos integrantes do grupo teve nos países selecionados – França, Itália e Suécia – possibilitou observações que, embora informais, tiveram contribuição inegável como motivação a uma pesquisa formal posterior e uma análise crítica consciente da mesma. Deve-se ressaltar, ainda, que a escolha de uma ótica comparativa possibilita uma análise diferenciada do caso brasileiro, tão vivamente presente para os co-autores, assim como uma contribuição pertinente às atuais discussões em Recursos Humanos.

Problema de Pesquisa e Objetivo

O objetivo deste trabalho é a investigação das principais características, tendências, oportunidades e desafios acerca do mercado de trabalho para profissionais jovens – universitários e recém-formados – em países europeus selecionados, a partir de uma abordagem comparativa entre estes e o caso brasileiro.

Para tal, foram definidas as seguintes questões de pesquisa:

- quais são os modelos de relações de trabalho nestes países? Quais são suas diferenças fundamentais?
- quais são as condições atuais no mercado de trabalho nestes países, globalmente e para a força de trabalho jovem?
- quais são os sentimentos em relação ao trabalho, as aspirações, os planos que têm os jovens? Quais são suas maiores fontes de descontentamento ou satisfação?

Durante a definição do direcionamento da pesquisa, tornou-se claro que a compreensão da situação do jovem só se faz possível através da prévia apresentação do contexto das relações de trabalho do país e do mercado de trabalho como um todo, cujas tendências ele deve acompanhar. A apresentação deste contexto indica não apenas condições objetivas como o nível de intervenção do Estado e as regras do sistema de trabalho ou educacional, mas sobretudo apresenta evidências valiosas da própria cultura do país e do clima geral vigente.

A investigação correta de cada uma destas questões deverá levar à elucidação da hipótese de que as condições econômicas, políticas e culturais influenciam a definição do futuro profissional de forma diferente em cada país, mas que também devem existir desejos e dúvidas universais em relação ao trabalho para os jovens. Descobrir até que ponto o trabalho depende de cada um destes fatores variáveis ou comuns é, sem dúvida, uma proposta

instigante, ligada ao momento em que vivemos pessoalmente – enquanto universitários – e socialmente – num contexto dominado pela internacionalização, fluxo de informações e aproximação entre os países.

Metodologia

O presente artigo foi elaborado a partir de um trabalho acadêmico desenvolvido a partir de múltiplas fontes de pesquisa. Foram consultados livros e artigos publicados no Brasil e nos países de interesse, bem como documentos e estatísticas disponibilizadas pelos respectivos governos e outras organizações, como a OCDE. Também serviram de apoios peças publicadas em jornais e revistas locais, muito representativos do clima vigente.

Finalmente, realizamos entrevistas com dois universitários europeus, que foram especialmente esclarecedoras em relação aos sentimentos vigentes em relação ao mercado de trabalho. Em relação a este último, não podemos deixar de citar o valor das experiências extensivas tidas nestes países.

1- Do Mercado de Trabalho na França

Contexto Geral

A França tentou nadar contra a corrente. Enquanto outros países percorriam o caminho da desregulamentação das relações de trabalho para melhorar a competitividade dos seus produtos, os franceses apostaram numa modernização negociada.

O Estado tomou as rédeas desse processo de modernização negociada facilitado pela forte presença estatal nos principais ramos da economia. Porém, em 1984, o governo começa a mudar seu discurso. Diante das pressões do empresariado, e sem reação do movimento sindical, a flexibilização das relações de trabalho entra na agenda francesa, mudando o rumo seguido.

Desde então, a França tinha um caminho semelhante ao dos demais países no sentido da desestruturação do ordenamento legal e institucional das relações de trabalho, que pode ser alterado em função da vitória socialista ocorrida em 1997.

Situação Atual

No estudo anual publicado pela Apec em 11 de março, constatou-se um recuo de 25% nas contratações de recém-formados em 2002. Para 2003, as estimativas são de um recuo entre 18% e 25%. As 11.000 empresas participantes do Panel Apec oferecerão, portanto, apenas entre 27600 a 30500 novos postos este ano, contra 37600 do ano anterior. O diretor-geral da Apec, Jacky Châtelain, declarou a este respeito que “quando as empresas recrutam menos, os recém-formados são invariavelmente a variável de ajuste”¹. No caso das vagas em marketing, por exemplo, a queda chega a ser de 23% nas ofertas para estagiários, uma vez que, num contexto de crise como o atual, as empresas privilegiam contratar profissionais com experiência.

Também no plano salarial², o contexto atual é difícil. A remuneração para os jovens profissionais em 2003 deve se manter semelhante ou mesmo inferior à de 2002, para algumas empresas.

¹ « Quand les entreprises recrutent moins, les jeunes diplômés sont forcément la variable d'ajustement ». **Fonte:** Revista L'Expansion, edição especial Jeunes Diplômés 2003.

²**Fonte:** Pesquisa sobre a remuneração de recém-formados realizada pela consultoria em remuneração francesa Hewitt para 2003 com 96 empresas francesas, que ofereceram informações sobre 15 849 profissionais.

No entanto, em período de crise, aqueles que partem da elite do ensino superior – escolas politécnicas, grandes écoles e écoles de commerce de primeira linha – são os menos afetados. As remunerações globais (fixo+variável) deve ultrapassar a inflação prevista para 2003 e mesmo a “barreira simbólica” dos 40 mil euros anuais. Nesse nível, é indiferente para o recrutador a faculdade de que provém o aluno. A seleção e as diferenças salariais posteriores serão obtidas através de características dos próprios candidatos – especialização, idiomas que domina, experiência prévia.

Sistema de Ensino e Mercado de Trabalho

A compreensão do funcionamento do sistema de ensino na França é essencial para que se possa posicionar o aluno do ensino superior dentro de um contexto mais amplo.

As políticas de formação profissional na França caracterizam-se por uma intensa regulamentação. A formação profissional inicial é de competência do Ministério da Educação Nacional, enquanto o Ministério do Trabalho se encarrega da formação profissional contínua, juntamente com as regiões.³

A respeito de sua evolução recente, Meneghini (1999) afirma que “*As reformas no ensino superior nos anos 90 buscaram multiplicar as possibilidades dos estudantes voltarem aos estudos, incentivar os jovens a se engajarem nos cursos profissionais através da validação das experiências profissionais e lutar contra o fracasso dos estudantes inscritos no primeiro ciclo das universidades. Dessa forma, há um esforço não só para aumentar o número de estudantes no ensino superior, como também para renovar as seqüências de ensino e introduzir novos cursos universitários profissionais.*”

Entretanto, nota-se que o funil superior tem se tornado um gargalo, uma vez que a inserção dos jovens no sistema educacional é marcado por um processo de seleção permanente, sendo os estudantes submetidos a exames de conclusão de cursos que os habilitam a dirigirem-se para a formação de caráter mais longo. Além do rigoroso processo de seleção, outro componente que limita o acesso de um maior número de pessoas na via de formação superior é o restrito número de vagas disponíveis em relação à demanda: os 70% de estudantes que passam do nível BAC⁴ pressionam o ensino superior, visto que este certificado é o requisito para a sua admissão. Os jovens estão procurando permanecer o máximo de tempo no sistema educacional, pois, frente às maiores exigências de qualificação por parte das empresas, isso poderia aumentar suas chances e possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A afirmação anterior é corroborada pelos dados fornecidos pelo governo francês (MJNER). Os jovens que deixam a escola sem um diploma são os primeiros afetados pela alta do desemprego, desde o início da década de 80. Os diplomados, que gozavam de uma posição mais segura até meados da década de 90, viram sua situação vantajosa se degradar sensivelmente. Desde 1998, no entanto, os diplomados são os primeiros a se beneficiarem de uma melhoria geral nas condições de inserção profissional.

Se, por um lado, isso reafirma o valor das certificações escolares na sociedade francesa, por outro lado o contraste pode ser preocupante. As desigualdades reveladas desde cedo na escola, e dificilmente superadas – face à estrutura do ensino francês – deixam traços duráveis no destino profissional dos indivíduos.

Sentimentos Acerca do Trabalho

A revista L'Expansion, na sua edição especial Jeunes Diplomés 2003, entrevistou os estudantes de duas prestigiosas escolas francesas, a Supélec e a ESCP-EAP, e também os seus

³ A França é dividida em 22 regiões metropolitanas e 4 territórios oceânicos.

⁴ BAC refere-se a Baccalauréat, teste unificado nacionalmente a ser realizado pelos alunos egressos do ensino médio.

chefes nas empresas em que atuavam. Os resultados são surpreendentes, segundo a revista. “*Eles querem acima de tudo desfrutar da vida, divertir-se*”, constata Francis Joyaud, 33 anos, da empresa 5'AFD Technologies. Essa busca de prazer pessoal pode ser observado nas próprias entrevistas de emprego. Tendo isso em vista, atualmente as empresas mencionam como maior atrativo seus programas de formação interna focados no desenvolvimento pessoal de capacidades como a comunicação antes da proposta salarial.

Vincent, o entrevistado para a realização deste trabalho, também mencionou que o que o motivou na sua escolha profissional e, posteriormente, na procura de oportunidades no mercado de trabalho, é o prazer pessoal. Sem hesitar, Vincent respondeu-nos que procura fazer algo de que goste, sobretudo. O salário encontra-se em segundo plano quando da tomada de uma decisão profissional, uma vez que ele prioriza o desafio intrínseco do posto de trabalho em questão e as possibilidades de desenvolvimento e carreira que ele pode proporcionar.

A respeito do prazer no local de trabalho, Annick Verdier⁶ diz que “*os jovens estão prontos a dar enormemente de si mesmos se eles tiverem prazer naquilo que fazem*”. Mais uma vez, Vincent confirma a informação, mostrando-se bastante dedicado na busca de seus objetivos e, uma vez que estiver em uma empresa, motivado a ter um desempenho superior à média.

Na escolha de um emprego, um aspecto considerado importante é a qualidade de vida que a empresa pode proporcionar, incluindo as vantagens sociais. Apesar da conjuntura econômica desfavorável, diversas empresas vêm mantendo programas de benefícios generosos para atrair os jovens talentos.

Há indícios que a preocupação com a qualidade de vida não é um aspecto restrito aos universitários e recém-formados, mas faz parte da cultura francesa como um todo, sendo, inclusive, protegida na legislação trabalhista. O governo socialista aprovou a lei que reduziu a jornada de trabalho de 39 para 35 horas semanais, fazendo da França o país em que menos se trabalha no mundo. Para a grande maioria dos franceses houve melhoria na qualidade de vida. As mães ganharam mais tempo com os filhos, enquanto parques, bares e cinemas ficaram cheios. No setor público ou privado pode-se trocar o limite de 35 horas semanais por catorze dias de folga por ano.

Na França, escândalos recentes no mundo dos negócios como os da Enron, Arthur Andersen ou Vivendi tiveram grande repercussão nacional. Mais de 60% dos jovens interrogados pela pesquisa da L'Expansion disseram-se dispostos a pedir demissão de seus postos se o empregador não respeita as regras éticas. A empresa dos sonhos dos jovens franceses adota uma definição de ética que mistura a moral e a rentabilidade, tendo em vista o longo prazo. Para eles, a boa imagem social do empregador é essencial.

Isso coincide com as evoluções sociais na França. Desde janeiro deste ano, as empresas francesas são obrigadas por lei a apresentar aos acionistas um relatório de desenvolvimento sustentável junto aos seus relatórios anuais. Em um contexto em que é necessário combinar a rentabilidade e a moral, a questão da reestruturação das empresas também mexe com as convicções dos universitários.

2- Do Mercado de Trabalho na Suécia

Contexto Geral

O Estado sueco tem sido caracterizado tradicionalmente por um nível elevado de proteção social, baseada na cobertura universal e na solidariedade, por um vasto setor público,

⁵ .« Ce qu'ils veulent, c'est avant tout jouir de la vie, s'amuser »,

⁶ **Fonte:** L'Expansion

uma taxa de desemprego baixa, uma regulamentação do mercado de trabalho baseada em grande medida em acordos coletivos e taxas de crescimento da economia relativamente elevadas.

Há uma forte articulação entre o Estado, as empresas e os sindicatos na Suécia. Participando em várias instâncias públicas, empresários e trabalhadores vinham conseguindo, principalmente após 1945, harmonizar os diversos interesses refletidos na política econômica e na política social implementadas no país.

As empresas suecas tiveram um papel de vanguarda na Europa com a implantação de mudanças na organização do trabalho. Uma cláusula antiga dos acordos coletivos assegura às empresas o direito de atribuir tarefas, administrar o trabalho e de admitir trabalhadores, quer sejam ou não sindicalizados.

Situação Atual

A taxa de participação da força de trabalho na Suécia é elevada quando comparada com a de outros países europeus, embora tenha diminuído, de mais de 84% da população em idade ativa em 1990, para 79,4% em 1995, de acordo com a União Européia. A taxa de emprego é igualmente elevada, situando-se em 72,1% em 1995, em comparação com o valor médio de 60,4% na UE.

Um número relativamente elevado de trabalhadores na Suécia está em situação de emprego a tempo parcial (25,8%), em comparação com uma média de 16% nos 15 países membros da UE. Os Países Baixos possuem a proporção mais elevada de empregados a tempo parcial, com 37,4%, enquanto a Grécia possui a percentagem mais baixa, com apenas 4,8%.

Tal como a maioria dos países europeus, a Suécia enfrenta atualmente taxas elevadas de desemprego. De acordo com o Eurostat, a taxa de desemprego é de 10,7% (Abril de 1997), o que coloca este país logo abaixo da média dos Estados-Membros da UE, que é de 10,8% (Abril de 1997). As maiores taxas de desemprego são a da Espanha (20,9%) e a da Finlândia (16,6%), enquanto os países com menor desemprego são o Luxemburgo (3,7%) e a Áustria (4,5%). Para a Suécia, os valores atuais de desemprego representam um aumento muito grande em comparação com a situação existente antes da crise econômica verificada no início dos anos 90, quando a taxa de desemprego era de 1,8%.

Em consequência do desemprego elevado, certos grupos de pessoas têm maior dificuldade em arranjar trabalho e correm o risco de ser excluídas do mercado de trabalho. Os jovens, especialmente, têm sido duramente atingidos, com uma taxa média de desemprego de 22,3% em Abril de 1997 (média da UE: 20,5%).

Em resposta à crise econômica, o governo tomou um certo número de medidas com o objetivo de reduzir o desemprego. A política sueca do mercado de trabalho baseia-se no princípio da ativação, que se reflete no fato de, em comparação com a maior parte dos países europeus, a Suécia gastar uma grande percentagem do seu orçamento em programas ativos na área do mercado de trabalho. Em 1993/94, quase 50% da despesa total investida na sua política para o mercado de trabalho foram dedicados a tais programas, enquanto apenas um pouco menos de 50% foram gastos em prestações pecuniárias.

Educação e formação profissional

O sistema educacional sueco baseia-se no princípio de que todos devem ter oportunidades iguais, independentemente da origem étnica ou área de residência. Um dos seus fundamentos é a aprendizagem permanente, e a formação profissional constitui uma parte importante do programa geral de educação, no qual é dada especial atenção à formação de adultos.

O sistema de educação sueco é financiado principalmente pelo erário público. Em 1993, o total da despesa pública com o sistema educacional ascendeu a 7,5% do PIB, o que faz da Suécia um dos países com a maior despesa em educação, sendo a média de 5,8%.

A Suécia possui 37 instituições de ensino superior, incluindo 7 universidades e alguns institutos universitários de pequena e média dimensão. O ensino superior confere três tipos de diplomas diferentes: um diploma ou certificado obtido após 2 anos de estudos a tempo integral ("högskoleexamen"), o bacharelado ("kandidatexamen"), após um mínimo de 3 anos de estudo, e a licenciatura ("magisterexamen") após um mínimo de 4 anos de estudo. O ensino à distância tem uma longa tradição na Suécia, e uma parte dos estudos superiores é possível nesta modalidade. Em 1993, a capacidade das instituições de ensino superior foi aumentada significativamente (cerca de 30% relativamente à capacidade no início dos anos 90). Em 1994, mais de 30% dos jovens da Suécia pretendiam prosseguir os estudos no ensino superior, que é gratuito. Os estudantes que freqüentem qualquer instituição de ensino superior têm o direito de receber ajuda financeira do governo, a qual se traduz na concessão de bolsas de estudo e de empréstimos.

De acordo com o princípio do ensino permanente, o sistema sueco de educação de adultos proporciona a estes boas oportunidades de melhorar as suas habilidades acadêmicas, e o governo destinou recentemente mais fundos para assegurar um aumento do nível educacional geral e para reforçar a formação profissional.

A fim de incitar mais adultos a melhorarem as suas habilitações acadêmicas, entrou em vigor em 1º de julho de 1997 um sistema especial de ajuda à educação, destinado principalmente às pessoas desempregadas, que permite a estas freqüentarem o ensino básico ou o ensino secundário do último ciclo durante um máximo de um ano, recebendo um montante equivalente ao do subsídio de desemprego.

Dado estar incluída nos programas ativos do governo destinados ao mercado do trabalho, a formação profissional é proporcionada gratuitamente às pessoas desempregadas ou a pessoas que estejam em risco de perder os seus postos de trabalho. As atividades de formação e de reconversão profissional são organizadas pela agência nacional de formação profissional para o emprego (AMU), que coordena cerca de 100 centros de formação profissional.

3- Do Mercado de Trabalho na Itália

Contexto Geral

Após a derrota do país na Segunda Guerra Mundial, os sindicatos retomam seu curso e recuperam seus direitos, que são inscritos na Constituição de 1948.

A participação do Estado na institucionalização do sistema de relações de trabalho é de importância inegável, atuando como legislador e como mediador de conflitos.

Com o agravamento da crise econômica e a manutenção da escala móvel, novas exigências das empresas foram apresentadas aos sindicatos. Facilidades para contratar e demitir a mão-de-obra e flexibilidade da jornada de trabalho foram as primeiras vitórias sobre o movimento sindical já na primeira metade da década de 80. Uma longa e conflituosa negociação entre as organizações patronais, sindicais e o governo levou ao fim da escala móvel em julho de 1992 e ao "Acordo de 1993", que, entre vários compromissos, atribuiu maior flexibilidade ao sistema de relações de trabalho italiano.

Situação Atual

Indiscutivelmente, as reformas sindicais que ocorreram na Itália trouxeram inúmeros benefícios a toda a sociedade, resguardando os direitos dos trabalhadores quanto as condições básicas de higiene e segurança, além da estabilidade no campo de trabalho. Contudo tais reformas acabaram por amarrar e, de certa forma, inibir o surgimento de novos postos de trabalho formalizados e por tempo indeterminado. Isso se deve ao fato de que a Itália hoje possui uma rígida e extensa legislação que resguarda os direitos trabalhistas.

A Itália talvez tenha se tornado um dos países europeus que possuem o maior índice de regulamentações a cerca de tal assunto, inibindo contratações e demissões de trabalhadores na maior parte dos setores da economia.

Existem uma série de restrições no campo do trabalho temporário, setor este que possui uma grande movimentação de mão-de-obra em toda a Europa ocidental. Países como a França e Inglaterra possuem boa parte de toda a mão-de-obra do setor de serviços, principalmente no turismo, nas mãos de trabalhadores temporários. Para agravar a situação italiana, foram proibidas aberturas de agências de mobilização de mão-de-obra temporária em todo o território italiano.

Diante deste cenário de estagnação e após uma série de pressões, tanto da parte dos contratantes quanto dos sindicatos dos trabalhadores, foram realizadas uma série de reformas nos anos 80 e 90 que procuraram devolver a competitividade dos setores econômicos e eliminar a rigidez da legislação trabalhista italiana. Foram realizadas reformas estruturais que aliviaram a carga trabalhista por parte das organizações e que por sua vez aumentou a mobilidade de contratações revitalizando o mercado de trabalho italiano.

Atualmente, existe na Itália um sentimento de estagnação pois a retomada do crescimento econômico da segunda metade da década de 90 e começo dos anos 2000, ainda não refletiram um aumento real na abertura de novos postos de trabalho no país.

Muitos dos postos de trabalho temporários estão hoje sendo ocupados por uma mão-de-obra de extra-comunitários oriundos de países pobres principalmente do norte do continente africano, como Tunísia, Líbia e Marrocos e também de países sulamericanos como Venezuela e Bolívia, que muitas vezes se encontram em situação irregular no país e provocam ineficiências nos setores de atendimento público como hospitais, escolas, sistema de transporte público além de provocar uma onda de xenofobia por parte do povo italiano que vem nesses imigrantes, figuras que transformam o equilíbrio e cultura local.

Com isso, se as reformas deixarem de existir, os gastos do governo com ações sociais de amparo ao desemprego e a imigrações ilegais continuarão crescendo podendo afetar tanto as contas públicas quanto o equilíbrio local das diferentes camadas da sociedade.

Sentimentos Acerca do Trabalho

No que resguarda o papel da Universidade no contexto italiano, nota-se uma grande diferença do que se pode evidenciar em sistemas de ensino como o brasileiro.

No caso italiano não existe uma grande preocupação quanto a inserção do estudante no mercado de trabalho. A Universidade guarda para si o papel de agregar conhecimentos ao graduando deixando a cargo a procura por um posto de trabalho. “*l’Università purtroppo non è come in America, non ti trova un posto di lavoro.*”, diz Francesca Marri em relação a falta de preocupação das universidades em inserir seus alunos no mercado de trabalho.

Dentro deste sistema ficava cada vez mais difícil encontrar um trabalho após a saída da universidade, “*Di solito anche dopo la laurea devi fare salti mortale per poter trovare un posto di lavoro in qualche azienda*”, diz Francesca.

Após inúmeras discussões início dos anos 80, entre responsáveis por parte das Universidades e Associações de alunos, foi feito um consenso em que a Universidade deverá

oferecer orientação profissional e auxiliar meios e informações para facilitar o ingresso do graduando no mercado de trabalho.

Conclusão

Um tema, um direcionamento, realidades diversas. Se a conclusão deste trabalho devesse ser resumida em uma única frase, seria certamente a confirmação da riqueza dos cenários estudados, das peculiaridades históricas, culturais e conjunturais que culminam em modelos fundamentalmente diferentes.

O perfil de cada país

A forma com que o modelo de desenvolvimento das economias centrais se instaurou obedeceu às orientações políticas específicas dos governos de cada nação em sintonia com o grau de organização da sociedade. O resultado obtido em cada caso pode ser interpretado como uma alternativa capitalista à proposta socialista de igualdade, em função das pressões recebidas interna e externamente.

Nos países da Europa do Norte, o Estado assumiu para si a maior parte da responsabilidade na concretização dos ideais de prosperidade, solidariedade e igualdade a que estas sociedades aspiravam. Com relação à Suécia, o fato de seu sistema educacional ser baseado no princípio de que todos devem ter oportunidades iguais, aliado ao fato da educação ser financiada pelo Estado, trazem uma alta taxa de escolaridade e de pessoas com nível universitário. Isso faz com que a Suécia possua uma taxa de desemprego abaixo da média da União Européia. Contudo, o número de empregos em tempo parcial situa-se acima da média dos membros da UE, sendo que os jovens têm sido duramente atingidos, com uma taxa média de desemprego acima dos 20%.

A França, por sua vez, também apresenta fortes traços de intervenção estatal no ensino e na promoção do emprego, mas com características diferentes do modelo sueco. É oferecida aos jovens uma ampla gama de oportunidades de estudo e de formação profissional, que são incentivadas pelo Estado diretamente – via subsídios ao aluguel e a despesas com intercâmbio, mais bolsas de estudos – ou indiretamente – através de contratos de incentivo com a iniciativa privada, de modo que estas empresa absorvam a mão-de-obra.

Nota-se o caso italiano, por outro lado, como um caso muito peculiar de rigidez na legislação trabalhista dentro do ambiente europeu. Isso se reflete em todos os setores da sociedade desde as indústrias, comércio, agricultura, os sindicatos e até mesmo dentro das universidades que apesar das mudanças ocorridas nos últimos tempos ainda priorizam a formação acadêmica à inserção no mercado de trabalho.

O jovem e o mercado de trabalho

O modelo de relações de trabalho de cada país mostrou-se extremamente influente em relação às oportunidades de formação e inserção dos jovens no mercado de trabalho e, somado à conjuntura do mercado de trabalho atual de cada país --- pela qual também é responsável – contribui para a criação das expectativas e sentimentos destes jovens.

Concluimos, portanto, que as peculiaridades locais têm uma influência maior do que fatores que poderíamos considerar universais. O jovem que parte da universidade para o mercado de trabalho em cada país carrega uma formação diferente oriunda de modelos educacionais diferentes e tem diante de si um modelo de relações trabalhistas, um mercado de

trabalho e oportunidades de inserção também diferentes. Tais aspectos, por sua vez, moldam suas expectativas pessoais e seus sentimentos de satisfação diante do estudo ou trabalho.

Em países com tradição de regulação do Estado, como é o caso da Suécia e da França, garantem-se maiores oportunidades de formação e uma entrada assistida no mercado de trabalho. Na Suécia, a formação superior atinge níveis altíssimos, mas a competitividade no mercado parece ser atenuada pelo alto grau de estabilidade da economia – apesar do índice de desemprego não-favorável. Da mesma forma, as incertezas dos jovens com relação ao futuro certamente são diminuídas por um sistema de auxílio-desemprego e outros programas estatais dos quais podem se beneficiar.

Este perfil apresenta algumas diferenças no caso francês. Apesar de contar com uma máquina estatal ativa no incentivo aos jovens e proteção ao trabalhador, este apresenta uma interação mais próxima do mercado e das empresas. As tendências atuais, neste sentido, são pouco animadoras para os universitários. Sua formação consistente e estimulada pelo Estado não vem sendo suficiente para garantir sua entrada em um mercado de trabalho estagnado, com viés de retração, e crescentemente competitivo. Se, por um lado, o francês conta com um grande número de modalidades de ingresso na vida profissional alta versatilidade em relação ao sueco, por outro lado ele está diante de um cenário incerto.

O italiano, por sua vez, parece encontrar-se sufocado em uma estrutura rígida, no qual o controle governamental ocorre mais no sentido regulamentador do que no sentido solidário. As reformas neste sistema que não admite nem mesmo o trabalho temporário – amplamente utilizado nos outros países pesquisados – fazem-se necessárias para garantir a atualização e competitividade do mercado de trabalho italiano. A jovem entrevistada, neste sentido, manifesta a sua insatisfação com a pouca orientação profissional do ensino superior, fato que não é verificado nos outros países e foi confirmado na entrevista com o francês, que afirmou-se satisfeito com o direcionamento do ensino.

Sugestões para pesquisas posteriores

Os jovens franceses indicaram uma grande preocupação com a qualidade de vida. Poderia este fato indicar uma tendência mundial no sentido de trabalhadores mais equilibrados, no qual o sucesso pessoal vem no mesmo plano do sucesso profissional ou apenas representar traços culturais isolados desses países? Até que ponto as tendências decorrentes da globalização e do aumento da mobilidade em diferentes mercados de trabalho estão contribuindo para a formação de uma cultura mundial entre os jovens, na qual eles serão tomados por preocupações semelhantes – como, por exemplo, a supracitada qualidade de vida?

Tal confirmação demandaria, evidentemente, um esforço de pesquisa suplementar que foge ao objetivo deste trabalho. A questão, no entanto, é aqui deixada em aberto como sugestão para trabalhos posteriores.

Através desta pesquisa, pudemos concluir que as peculiaridades locais ainda são fatores determinantes para o jovem profissional. Seria, sem dúvida, interessantíssimo confrontar esta conclusão com a investigação de tendências que podem ser capazes de aproximar as expectativas dos jovens. Finalmente, resta delimitar o campo desta influência e suas possíveis barreiras fora dos países desenvolvidos, aos desfavorecidos economicamente e mesmo às minorias étnicas.

Referencial Bibliográfico

CASTELLS, Manuel, A Sociedade em Rede - Volume 1. São Paulo, 2001

- DEDECCA, Cláudio S. (1997) Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado, tese de livre docência, IE-UNICAMP.
- DEDECCA, Cláudio S. e MENEZES, Wilson F. (1996) “A contratualidade das relações de trabalho e o problema do emprego na Europa Ocidental: as experiências sueca, italiana e francesa”, in *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 3 (59), julho-setembro, São Paulo, Nobel.
- Eurostat, Population and social conditions, Statistics in Focus, N 2, 1996
- Eurostat, Population and social conditions, Short-term statistics: Unemployment, N 6, 1997
- LA Joseph, UMBARA Paolo; The Italian Labor Movement, Cornelll university
- LEIGH, Duane. Assisting Displaced Workers by Structural Change – An International Perspective. W.E. Upjohn Institue for Employment Research, Michigan, 1997
- HESS, Peter & ROSS, Clark. Economic Development: theories, evidences and policies. The Dryden Press, United States, 1997
- H.M.SCOBIE, S. MORALI, The Italian Economy in the 1990's, European Economics and Financial Centre, 1996;
- OCDE. (1998) “Figures – statistics on the member countries”, suplemento de *The OCDE Observer*, n. 212, Paris, junho/julho.
- OCDE, OECD Economic Surveys - Sweden, 1995
- PRADO, Antônio e outros. Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Artigos dos Pesquisadores. Organizado pelo Dieese. São Paulo, 1999
- RIFKIN, Jeremy, O Fim dos Empregos. Editora Makron Books, Rio de Janeiro, 2000
- SHEPARD B. CLOGH, The Economic History of Modern Italy, Columbia University, New York and London 1994